

Diploma	Sumário
Lei n.º 125/2025, de 4 de dezembro	Transpõe a Diretiva (UE) 2022/2555, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União.
Decreto-Lei n.º 22/2025, de 19 de março	Transpõe a Diretiva (UE) 2022/2557, relativa à identificação, designação e reforço da resiliência das entidades críticas.
Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro	Dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.
Resolução n.º 4/2024-PG, de 16 de dezembro	Instruções do Tribunal de Contas para a fiscalização prévia especial.
Lei n.º 43/2024, de 2 de dezembro	Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública
Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto	Aprova o modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses destinada aos membros dos órgãos de administração, dirigentes e trabalhadores das entidades públicas abrangidas pelo Regime Geral da Prevenção da Corrupção.
Regulamento n.º 258/2024, de 6 de março	Aprova o Regulamento de Normalização dos Procedimentos para o Registo Informático das Declarações Únicas de Rendimentos, Património, Interesses, Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos, Altos Cargos Públicos e Equiparados.
Lei n.º 18/2024, de 5 de fevereiro	Regula o acesso a metadados referentes a comunicações eletrónicas para fins de investigação criminal, procedendo à alteração da Lei n.º 32/2008, de 17 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2006/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de

	15 de março, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações, conformando-a com os Acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 268/2022 e 800/2023, e da Lei da Organização do Sistema Judiciário
Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro	Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria.
Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de outubro	Regula o funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e aprova os modelos de dados a transmitir ao Portal BASE.
Decisão de Execução (UE) 2023/1696 da Comissão, de 10 de agosto de 2023	Altera a Decisão de Execução 2011/665/UE no que diz respeito à especificação do registo europeu dos tipos de veículos autorizados referido no Artigo 48.º da Diretiva (UE) 2016/797 do Parlamento Europeu e do Conselho.
Decreto-Lei n.º 72/2023, de 23 de agosto	Aprova o regime jurídico do cadastro predial e estabelece o Sistema Nacional de Informação Cadastral e a carta cadastral.
Regulamento de execução (UE) 2023/1695 da Comissão, de 10 de agosto de 2023	Relativo à especificação técnica de interoperabilidade para os subsistemas de controlo-comando e sinalização do sistema ferroviário da União Europeia e que revoga o Regulamento (UE) 2016/919.
Regulamento de execução (UE) 2023/1694 da Comissão, de 10 de agosto de 2023	Altera os Regulamentos (UE) n.º321/2013, (UE) n.º1299/2014, (UE) n.º 1300/2014, (UE) n.º 1301/2014, (UE) n.º 1302/2014, (UE) n.º 1304/2014 e o Regulamento de Execução (UE) 2019/777.
Regulamento de Execução (UE) 2023/1693 da Comissão, de 10 de agosto de 2023	Altera o Regulamento de Execução (UE) 2019/773 da Comissão relativo à especificação técnica de interoperabilidade para o subsistema «exploração e gestão do tráfego» do sistema ferroviário da União Europeia.

Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto	Aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias. (revoga a P 701-H/2008).
Decreto-Lei n.º 60/2023, de 24 de julho	Estabelece o novo modelo de gestão integrada do património imobiliário público.
Decreto-Lei n.º 53/2023, de 5 de julho	Procede à regulamentação da Agenda do Trabalho Digno
Portaria n.º 77/2023, de 14 de março	Aprova as especificações técnicas da informação a carregar pelas empresas que oferecem redes públicas de comunicações eletrónicas
RCM n.º 13/2023, de 10 de fevereiro	Aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 — ECO360.
Portaria n.º 42/2023, de 9 de fevereiro	Regulamenta o regime de avaliação e gestão do ruído ambiente e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) n.º 2020/367, da Comissão, de 4 de março de 2020, a Diretiva Delegada (UE) n.º 2021/1226, da Comissão, de 21 de dezembro de 2020, e dá execução ao Regulamento (UE) n.º 2019/1010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de junho de 2019
Decreto-Lei n.º 84-C/2022, de 9 de dezembro	Transpõe a Diretiva (UE) 2019/520, relativa à interoperabilidade dos sistemas eletrónicos de portagem rodoviária.
Decreto-Lei n.º 84-B/2022, de 9 de dezembro	O presente Decreto-Lei transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2019/1936 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, que altera a Diretiva 2008/96/CE relativa à gestão da segurança da infraestrutura rodoviária, estabelecendo o regime jurídico para a definição e aplicação de procedimentos relativos a: a) Avaliações de impacto sobre a segurança rodoviária; b) Auditorias de segurança rodoviária; c) Avaliações da segurança rodoviária à escala da rede; d) Inspeções periódicas

	de segurança rodoviária; e) Inspeções conjuntas de segurança rodoviária; f) Inspeções específicas de segurança rodoviária.
Decreto-Lei n.º 63/2022, de 26 de setembro	Atribui à Infraestruturas de Portugal, S. A., competências para promover, em regime de concessão, as atividades conexas com o sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o continente e as Regiões Autónomas.
Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto	Lei das comunicações eletrónicas
Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio	Estabelece um regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos.
Portaria n.º 90/2022, de 8 de fevereiro	Fixa as taxas referentes à certificação de entidade formadora de curso de formação inicial e contínua de auditor de segurança rodoviária.
Decreto-Lei n.º 20/2022, de 28 de janeiro	Aprova os procedimentos para identificação, designação, proteção e aumento da resiliência das infraestruturas críticas nacionais e europeia
Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro	Estabelece o regime geral de proteção de denunciante de infrações
Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro	Cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção
Portaria n.º 193/2021, de 15 de setembro	Estabelece as orientações específicas relativas ao circuito financeiro aplicável aos apoios do plano de recuperação e resiliência (PRR), no âmbito do mecanismo de recuperação e resiliência (MRR)
Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho	Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e define as obrigações em matéria de certificação da Cibersegurança
Lei n.º 30/2021, de 21 de maio	Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o CCP.

Decreto-Lei n.º 5/2021, de 11 de janeiro	Define os termos da regularização, entre entidades públicas, de situações relativas à transmissão, uso ou afetação de património imobiliário público.
Deliberação IMT n.º 34-A/2021, de 8 de janeiro	Disposição de um registo nacional de todos os trabalhadores que desempenham funções críticas para a segurança do sistema ferroviário.
Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro	Regime geral da gestão de resíduos, regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e alterações ao regime da gestão de fluxos específicos de resíduos
RCM n.º 104/2020, de 24 de novembro	Aprova o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030.
Decreto-Lei n.º 85/2020, de 13 de outubro	Transpõe parcialmente a Diretiva (UE) 2016/798, relativa à segurança ferroviária
Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto	Transpõe a diretiva (UE) 2018/843 do parlamento europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que altera a diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a diretiva (UE) 2018/1673 do parlamento europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, alterando diversas leis
Regulamento Execução n.º 2020/572, de 24 de abril	Sobre a estrutura de comunicação de informações a respeitar nos relatórios de inquérito de acidentes e incidentes ferroviários
Decreto-Lei n.º 9/2020, de 10 de março	Adota as medidas necessárias ao cumprimento da obrigação de manter o livro de reclamações eletrónico
Lei nº 104/2019, de 06 de setembro	Reformula e amplia o Sistema de Informação da Organização do Estado, e revoga a Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, e o Decreto -Lei n.º 47/98, de 7 de março.
Portaria 281/2019, de 30 de agosto	Estabelece restrições à circulação rodoviária de automóveis pesados que transportem mercadorias perigosas em cisterna.

Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto	Assegura a execução do RGPD na ordem jurídica nacional.
Lei n.º 52/2019, de 31 de julho	Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos
Circular Informativa n.º 02/IMPIC/2019, de 24 de junho 2019	Regulamento n.º 276/2019, de 26 de março – Entrada em vigor e procedimentos a adotar pelas entidades obrigadas com atividades imobiliárias.
Portaria nº 174/2019, de 06 de junho	A presente portaria regulamenta os termos da aplicação e publicação da repreensão registada a que se refere o n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.
Regulamento de Execução 2019/774, de 16 de maio	Altera o Regulamento (UE) n.º 1304/2014 no que respeita à aplicação da especificação técnica de interoperabilidade para o subsistema "material circulante — ruído» aos vagões de mercadorias existentes .
Regulamento ANACOM n.º 303/2019, de 1 de abril	Regulamento relativo à segurança e à integridade das redes e serviços de comunicações eletrónicas
Regulamento n.º 276/2019, de 26 de março	Regulamento do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.), de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo no setor do imobiliário
Instrução TdC n.º 1/2019, de 13 de fevereiro	Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC)
Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro	Define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.
Lei nº 60/2018, de 21 de agosto	Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor.
Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto	Estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União.

RCM n.º 41/2018, de 28 de março	Define orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação relativos a dados pessoais
Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro	Define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos.
Decreto-Lei nº 106/2017, de 29 de agosto	Regula a recolha, publicação e divulgação da informação estatística sobre acidentes de trabalho.
Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto	Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, transpõe o capítulo III da Diretiva (UE) 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e procede à alteração de Códigos e outros diplomas legais.
Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto	Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.
Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	Estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa
Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho	Livro de reclamações on line – Livro de reclamações amarelo – Atendimento público avaliado – Alterações
Portaria n.º 163/2017, 16 de maio	Estrutura nuclear da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto	Lei de Acesso aos Documentos da Administração Pública - LADA
Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016	RGPD - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados
Portaria n.º 357/2015, de 14 de outubro	Taxas uso privativo domínio público rodoviário

Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro	Espaço ferroviário europeu único – Infraestruturas e transportes ferroviários
Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - SNC AP
Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro	Lei de Enquadramento Orçamental
Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto	Regula a disponibilização e utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no CCP
Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto	Publicidade Institucional do Estado
Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de agosto	Estabelece a obrigatoriedade de verificação prévia da possibilidade de a aquisição de bens e serviços de TIC serem fornecidos por serviços ou organismos da Administração Pública, através RSPTIC.
Lei n.º 51/2015, de 8 de junho	Aprova um regime excecional de regularização de dívidas resultantes do não pagamento de taxas de portagem e coimas associadas, por utilização de infraestrutura rodoviária, efetuada até ao último dia do segundo mês anterior à publicação do presente diploma
Lei n.º 41/2015, de 3 de junho	Regime Jurídico Exercício Atividade de Construção
Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio	Procede à fusão por incorporação da EP, S.A. na REFER, EPE, redeterminando-a Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.)
Lei n.º 34/2015, de 27 de abril	Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional - EERRN
Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro	Código do Procedimento Administrativo
Lei n.º 35/2014, de 20 de junho	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
Decreto-Lei n.º 122/2014, de 11 de agosto	Regime jurídico aplicável à realização das auditorias de segurança rodoviária (ASR)
Decreto-Lei n.º 87/2014, de 29 de maio	Regime Aplicável às Áreas de Serviço e ao Licenciamento de Postos de Abastecimento de Combustíveis
Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio	Estatutos da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes

RCM n.º 18/2014, de 7 de março	Remunerações - Igualdade de género
Despacho MF n.º 1169/2014, de 24 de janeiro	Formulário Reporte Subvenções
Instrução TdC n.º 2/2013, de 4 de dezembro	Prestação Contas das Entidades do SPE
Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro	Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental
Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	Regime Jurídico do Setor Público Empresarial
Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto	Fundo de compensação do trabalho
Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto	Aprova a lei-quadro das entidades reguladoras
Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto	Publicitação e Reporte das Subvenções Públicas
Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto	Empreitadas de obras públicas – Liberação das cauções
Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho	Regulamenta a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA
Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio	Parcerias Público Privadas
Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio	Regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação.
RCM n.º 19/2012, de 8 de março	Determina a obrigatoriedade de adoção, em todas as entidades do sector empresarial do Estado, dos planos para a igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.
Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro	Sistema de Informação da Organização do Estado
Resolução TdC n.º 14/2011, de 16 de agosto	Instrução e Tramitação Processos de Fiscalização Prévia
Lei n.º 16/2011, de 3 de maio	Regime jurídico dos maquinistas de locomotivas e comboios do sistema ferroviários

Decreto-Lei n.º 48/2011, de 01 de abril	Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento Zero»
Lei n.º 38/2010, de 2 de setembro	Controle público da riqueza dos titulares de cargos políticos
Decreto-Lei n.º 67-A/2010, de 14 de junho	Procede à identificação dos lanços e dos sublanços de autoestrada isentos e dos que ficam sujeitos ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores e fixa a data a partir da qual se inicia a cobrança das referidas taxas
Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril	Regula o transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/90/CE, da Comissão, de 3 de Novembro, e a Diretiva n.º 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Setembro
Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro	Regula o conteúdo e o prazo de apresentação da informação sobre a atividade social da empresa, por parte do empregador, ao serviço com competência inspetiva do ministério responsável pela área laboral
Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro	Regulamentação Código do Trabalho
Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro	Segurança e Saúde no Trabalho
Lei n.º 99/2009, de 04 de setembro	Regime quadro das contraordenações do sector das comunicações
Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro	Regime da Reparação de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais
Decreto-Lei n.º 123/2009, de 31 de julho	Regime Aplicável às Infraestruturas de Comunicações Eletrónicas
Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho	Sistema de normalização contabilística
Lei n.º 31/2009, de 3 de julho	Qualificação Profissional dos Técnicos Responsáveis por Projetos de Obras Públicas ou Particulares
Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio	Regime Aplicável às Infraestruturas de Comunicações Eletrónicas
Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril	Regime jurídico de proteção na parentalidade
Lei n.º 9/2009, de 4 de março	Reconhecimento das qualificações profissionais

Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro	Código do Trabalho
Instrução TdC n.º 1/2008, de 9 de dezembro	Património financeiro público
Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro	Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios
Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto	Estabelece o regime jurídico aplicável à concessão de subvenções públicas
Lei n.º 32/2008, de 17 de julho	Comunicações Eletrónicas - Dados
Decreto-Lei n.º 95/2008, de 6 de junho	Ponte 25 de Abril – Manutenção, conservação, beneficiação ou reparação
Despacho MF n.º 14277/2008, de 23 de maio	Dever de Informação SPE
Lei n.º 22/2008, de 13 de maio	Lei do Sistema Estatístico Nacional
Lei n.º 19/2008, de 21 de abril	Medidas de Combate à Corrupção
Decreto-Lei n.º 43/2008, de 10 de março	TRIR - Taxa Regulação Infraestrutura Rodoviária
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro	Código dos Contratos Públicos
Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro	Regime da Responsabilidade Civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas
Decreto-Lei n.º 394/2007, de 31 de dezembro	Segurança dos caminhos de ferro da comunidade, regulando as competências e metodologias a aplicar pelo gabinete de investigação de segurança e de acidentes ferroviários (GISAF), organismo nacional responsável pela investigação de acidentes e incidentes ferroviários
Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro	Concessão do financiamento, conceção, projeto, construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento da rede rodoviária nacional e aprova as bases da concessão
Lei n.º 55/2007, de 31 de agosto	Cria a contribuição de serviço rodoviário, que visa financiar a rede rodoviária nacional e determina as condições da sua aplicação
Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto	Regime do Património Imobiliário do Estado

Lei n.º 24/2007, de 18 de julho	Segurança rodoviária - Direitos Utentes da Rodovia
Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março	Estatuto do Gestor Público
Lei n.º 51/2006, de 29 de agosto	Regula a instalação e utilização de sistemas de vigilância eletrónica rodoviária e a criação e utilização de sistemas de informação de acidentes e incidentes pela EP – Estradas de Portugal, E. P. E., e pelas concessionárias rodoviárias
Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto	Regime da Acessibilidade aos Edifícios e Estabelecimentos
Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho	Avaliação e gestão do ruído ambiente
Lei n.º 25/2006, de 30 de junho	Aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem
Decreto-Lei n.º 75/2006, de 27 de março	Rede Rodoviária Nacional e Transeuropeia – Medidas de segurança - Requisitos Mínimos Segurança Túneis
Decreto-Lei n.º 207/2005, de 29 de novembro	Sistema de vigilância eletrónica rodoviária
Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro	Livro de Reclamações
Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto	Comunicações Eletrónicas Proteção e Tratamento de Dados Pessoais
Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro	Estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços
Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro	Regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário incluindo as regras sobre a sua utilização, desafetação, permuta e, bem assim, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens
Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro	Segurança, higiene e saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis

Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de outubro	Transportes Ferroviários
Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto	Altera o plano rodoviário nacional
Decreto-Lei n.º 261/2002, de 23 de novembro	Confere às câmaras municipais competência para emitir parecer sobre a localização de áreas de serviço nas redes viárias regional e nacional e prevê a audição dos municípios na definição da rede rodoviária nacional e regional e utilização da via pública
Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro	CPTA
Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de julho	Estabelece o regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de radiocomunicações e à fiscalização da instalação das referidas estações e da utilização do espectro radioelétrico, bem como a definição dos princípios aplicáveis às taxas radioelétricas, à proteção da exposição a radiações eletromagnéticas e à partilha de infraestruturas de radiocomunicações.
Decreto-Lei n.º 568/1999, de 23 de dezembro	Regulamento de passagens de nível
Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro	Aprova o regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública.
Decreto-Lei n.º 491/1999, de 17 de novembro	Registo das Participações detidas pelo Estado e outros entes públicos
Decreto-Lei n.º 486/1999, de 13 de novembro	Código dos Valores Mobiliários
Lei n.º 168/1999, de 18 de setembro	Código das Expropriações
Lei n.º 98/1999, de 26 de julho	Redefine o plano rodoviário nacional (PRN) e cria estradas regionais
Decreto-Lei n.º 135/1999, de 22 de abril	Modernização Administrativa - Informações ao Público
Lei n.º 98/1997, de 26 de agosto	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - LOPTC
Decreto-Lei n.º 104/1997, de 29 de abril	Cria a REFER EP - Revogado pelo Decreto-Lei n.º 191/2015, de 29 de maio com exceção do n.º 1 do artigo 1º e do artigo 5º

Lei n.º 25/1995, de 18 de agosto	Controlo da Riqueza dos Titulares dos Cargos Políticos
Lei n.º 10/1990, de 17 de março	Bases do Sistema dos Transportes Terrestres
Decreto-Lei n.º 262/1986, de 2 de setembro	Código das Sociedades Comerciais